



PROCESSO N.º: 000676/2025-TC

INTERESSADO: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte

ASSUNTO: Licença de uso da plataforma online "JUSBRASIL"

**DIREITO ADMINISTRATIVO. CONSULTA JURÍDICA
INTERNA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. LICENÇA
DE USO DE PLATAFORMA DIGITAL JUSBRASIL.
VIABILIDADE JURÍDICA DA CONTRATAÇÃO DIRETA.**

I. Caso em exame

1. Análise jurídica de solicitação que visa à contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de licença de uso da plataforma online Jusbrasil, destinada à realização de pesquisas jurídicas.

II. Questão em discussão

2. Verificar a viabilidade jurídica da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, em razão da exclusividade na comercialização do produto.

3. Avaliar a suficiência da instrução processual quanto à formalização da demanda, demonstração da inexigibilidade, justificativa de preço, dotação orçamentária e minuta contratual.

III. Razões de opinar

4. A contratação direta por inexigibilidade de licitação encontra respaldo jurídico na hipótese do art. 74, I, da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a inviabilidade de competição, o que, no caso, se evidencia por declaração de exclusividade.

5. A justificativa de preço foi adequadamente instruída nos autos, mediante apresentação de contratos firmados com outros entes públicos, atendendo à orientação da AGU (ON nº 17/2009) e ao art. 23, § 1º, II da nova Lei de Licitações.

6. A documentação apresentada, incluindo o termo de referência, proposta comercial, dotação orçamentária, minuta contratual e termo de inexigibilidade, está conforme os requisitos estabelecidos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

IV. Resposta

7. Opina-se pela viabilidade jurídica da contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos





do art. 74, I, da Lei nº 14.133/2021.
8. Aprovação do parecer jurídico nos termos regimentais, com remessa dos autos à Secretaria de Administração para prosseguimento do feito.

Dispositivos relevantes citados: Lei nº 14.133/2021, arts. 23, § 1º, II; 72; 74, I.

PARECER N.º 079/2025 – CJ/TC

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de solicitação da Consultoria Jurídica (CONJU) (evs.01-03), solicitando a contratação da e licença de uso da plataforma online "JUSBRASIL", ferramenta de consulta jurídica.

02. A propósito de tal solicitação, os autos foram instruídos com as seguintes peças: documento de formalização da demanda (ev.02); termo de referência (ev.03); proposta comercial (ev.04); declaração de exclusividade na comercialização do objeto da contratação (ev.05); documentos que comprovam a vantajosidade econômica, através de contratos firmados pela empresa com órgãos públicos (ev.06); informação acerca da existência de dotação orçamentária para dar suporte a contratação (ev.13); minuta de contrato (ev.18); minuta de termo de inexigibilidade de licitação (ev.21).

03. Por ordem da Secretaria de Administração (ev.22), os autos foram assim enviados a esta unidade consultiva para análise e parecer, o que, somado à exigência da Lei n.º 14.133/2021, art.72, enseja a presente peça.

04. É o breve relatório. Passo a opinar.

II - FUNDAMENTAÇÃO

05. Preliminarmente, cumpre registrar que a corrente manifestação
con



sidera, exclusivamente, os elementos dispostos nos autos até o momento e que, com base no art. 3º da Lei Complementar Estadual n.º 411/2010, cabe a esta unidade consultiva prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo, portanto, qualquer ingerência em questões relacionadas à conveniência e oportunidade dos atos praticados nem dos aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

06. No mérito, tem-se que a possibilidade de contratação direta da qual versam os autos é fundamentada na hipótese da Lei n.º 14.133/2021, art. 74, inciso I:

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
(...)

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

(...)”

07. Em vista disso, pressupõe-se – necessariamente – a existência de uma inviabilidade de competição, devidamente comprovada, que justifique a inexigibilidade da licitação.

08. Nesta senda, foi apresentada declaração que a empresa Goshme Soluções para Internet LTDA comercializa, no Brasil, o conjunto total das funcionalidades do Jusbrasil Pesquisa Jurídica Básica (ev.05). Tal documento deve ser conjugado, pela autoridade competente no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, em conjunto com o quanto exposto pela CONJU no Termo de Referência (ev.03, notadamente os Itens 02 e 05).

09. Quanto à justificativa do preço, os documentos presentes nos autos (ev.06) cumprem a prova da economicidade e razoabilidade desejáveis nas contratações diretas, conforme que prescreve o art.23, § 1º, inciso II da Lei n.º 14.133/2021 e a Orientação Normativa n.º 17, de 01 de abril de 2009, da Advocacia-Geral da União:

“A RAZOABILIDADE DO VALOR DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DE



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PODERÁ SER AFERIDA POR MEIO DA COMPARAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA COM OS PREÇOS PRATICADOS PELA FUTURA CONTRATADA JUNTO A OUTROS ENTES PÚBLICOS E/OU PRIVADOS, OU OUTROS MEIOS IGUALMENTE IDÔNEOS.”

010. Os documentos que compõem os autos atendem, no que é pertinente à espécie de contratação, à exigência do art.72 da Lei n.º 14.133/2021:

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.”

011. Analisando a minuta do contrato (ev.18), esta revela-se apta a condicionar as obrigações dos contratantes e materializar a avença. Do mesmo modo, a

mi



nuta de termo de inexigibilidade de licitação (ev.21), contempla os elementos fáticos e jurídicos que dão suporte à via escolhida para contratação.

012. Por fim, cumpre destacar que, após revisão criteriosa da demanda inicial formulada pela Consultoria Jurídica, vislumbrou-se a possibilidade de redução do quantitativo originalmente previsto, de quinze para cinco assinaturas, conforme proposta comercial anexada aos presentes autos. Tal redimensionamento visa otimizar a aplicação dos recursos públicos, promovendo economia substancial sem comprometer a eficiência e a qualidade dos serviços a serem contratados.

013. Considerando que a demanda foi devidamente formalizada pela própria Consultoria Jurídica, entende-se pertinente e adequada a revisão do quantitativo por ela mesma proposta, uma vez que detém conhecimento técnico para avaliar suas reais necessidades. Ademais, insta salientar que, se havia disponibilidade orçamentária para a contratação de quinze assinaturas, evidentemente haverá recursos suficientes para custear apenas cinco, representando inclusive uma gestão mais eficiente do erário público.

III – CONCLUSÃO

014. Por todo o exposto, esta Consultoria Jurídica manifesta-se pela aprovação da contratação, com a ressalva quanto à redução do quantitativo para cinco assinaturas, conforme condições e valores constantes da proposta comercial oportunamente juntada aos autos, por entender que tal ajuste atende ao interesse público e aos princípios da economicidade e eficiência que regem a Administração Pública.

015. É o parecer, salvo melhor juízo.

Natal, 22 de abril de 2025.

Assinado Eletronicamente

Daniel Simões B. N. de Oliveira
Consultor Jurídico
Coordenador Jurídico – Coordenadoria Administrativa



DESPACHO

Aprovo o Parecer nº 079/2025-CJ/TC, por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 4º, I, do Anexo Único da Res. 009/2015-TC.

Remetam-se os presentes autos à Secretaria de Administração.

Assinado eletronicamente

Ronald Medeiros de Moraes
Diretor do Contencioso
em substituição ao Consultor-Geral

